

PROJETO DE LEI Nº 020/2019

Dispõe sobre a utilização de energias limpas e sustentáveis (solar, eólica) pelo Poder Público Municipal e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, manda que tenha execução a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Torna-se necessária a viabilidade de estudos prévios orçamentários, através de empresas prestadoras de serviços de instalação de energias limpas (solar e/ou eólica), sendo que, os estudos dos projetos apresentados pela empresa, não trarão custos ao Poder Executivo. Os projetos servirão de referência para reforma, ampliação e construção de prédios públicos no âmbito do município de Santa Teresa, visando à instalação e utilização de energias renováveis.

§ 1º. A instalação do sistema previsto no *caput* somente ocorrerá após a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica e aprovação pelos órgãos competentes, nos termos definidos em decreto.

§ 2º. Não será obrigatória a instalação e utilização de sistema de energia solar e/ou eólica, quando os estudos demonstrarem sua inviabilidade técnica ou econômica, devidamente justificada por profissional habilitado.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a instalar sistema de energia solar e/ou eólica nos prédios públicos municipais já construídos, salvo quando for técnica ou economicamente inviável, nos termos do artigo anterior.

Art. 3º. Todo Edital de licitação para obras de construção ou reforma de prédios públicos terá, preferencialmente, a instalação de sistema de energia solar e/ou eólica, salvo quando for técnica ou economicamente inviável, nos termos do artigo primeiro.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da sua publicação.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Augusto Ruschi, em 23 de setembro de 2019.

José Maria Degasperi (Dequinha) - PT

Deloir Jose Zanetti - PSDB

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

JUSTIFICATIVA:

Ouvindo os Munícipes Teresenses, muitos nos relataram a importância da sustentabilidade no âmbito municipal, da qual somos referência pelas matas aqui existentes.

Este projeto de lei não visa atribuir custos ao Poder Executivo Municipal, e já se tornou interesse das empresas a apresentação de projetos, de forma gratuita.

Por se tratar de uma iniciativa que, no nosso entendimento, contribuirá decisivamente para a promoção do desenvolvimento sustentável no município, contamos com o apoio dos senhores Vereadores para sua aprovação.